

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015****I – PRESIDÊNCIA****• Iniciativa Bens Públicos Regionais/Banco Interamericano de Desenvolvimento**

Cooperação técnica com o BID para financiamento, a fundo perdido, de melhorias na gestão metropolitana e fortalecimento da capacidade de investimento de áreas metropolitanas. Parceiros: Área Metropolitana do Valle de Aburrá (AMVA), na Colômbia, e Oficina de Planejamento da Área Metropolitana de San Salvador (OPAMSS), em El Salvador.

**• Cooperação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos/Apoio à atuação do Governo do Estado de São Paulo e da Emlpsa na Conferência Habitat III e em Redes Internacionais de Cooperação**

Assessoria técnica especializada para promoção da Emlpsa como instituição de referência internacional em planejamento, gestão territorial e governança metropolitana, no processo preparatório para a 3ª Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) e como membro da Rede de Áreas Metropolitanas das Américas (Rama).

**• Secretaria Regional da Associação Metropolis/Iniciativa Metropolis 2015-2017 – Desenvolvimento de Capacidades para Projetos Metropolitanos**

Apoio técnico e administrativo à promoção e comunicação das atividades de Metropolis, atualmente exercendo a função de Secretaria Regional para a América Latina e Caribe. Assessoramento ao Governo do Estado de São Paulo no exercício de suas funções de copresidente da Associação. Desenvolvimento do programa de capacitação sobre o uso de instrumentos de financiamento de projetos metropolitanos. Parceiros: Bucaramanga (Colômbia), Guadalajara (México) e San Salvador (El Salvador).

**II – VICE-PRESIDÊNCIA: CAMPO INSTITUCIONAL****• Elaboração de instrumentos legais**

Sanção da Lei Complementar nº 1.258 que criou a Agência Metropolitana da RMVPLN (AgemVale) em 12/01/15; regulamentação da Agemvale pelo Decreto nº 61.256 em 08/05/15; instituição do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba pelo Decreto nº 61.257 em 08/05/15; Projeto de Lei Complementar nº 29, que cria a Agência Metropolitana de Sorocaba (AgemSorocaba), aprovado pela Alesp em 20/05/2015; estudos técnicos e jurídicos e elaboração de proposta de legislação complementar para integrar o município de Itapetinga à RMS e para a criação da Unidade Regional de Ribeirão Preto.

**• Atividades Institucionais**

Parceria com a Subcomissão Permanente de Governança Metropolitana Interfederativa, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal, para auxiliar em matérias atinentes ao Estatuto da Metrópole; Articulação e coordenação junto à Prefeitura de São Paulo e demais municípios integrantes da PMSP na elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), nos termos do Estatuto da Metrópole; articulação e pleito junto à Anatel objetivando tratamento local das tarifas entre municípios das Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte e de Sorocaba.

**• Atividades de assessoramento**

Auxílio técnico, administrativo e logístico transitório às recém-criadas AgemVale e AgemSorocaba; Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da RMPSP, das Aglomerações Urbanas de Jundiá (AUJ) e de Piracicaba (AUP) e dos Gabinetes Metropolitanos de Gestão

Estratégica de Segurança Pública (Gamesps); Secretaria Executiva do Comitê Executivo do PDUI-RMSP; assessoria em questões jurídico-institucionais à Casa Civil, por meio da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos; representante do Governo do Estado no Conselho Nacional das Cidades (Concidades).

**III – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO****• Projeto Mapeia São Paulo**

Projeto de Atualização Cartográfica do Estado de São Paulo. Contratados serviços relacionados ao Mapeamento Sistemático e Temático de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo e da Bacia do Alto Tietê com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

**• Sistema Cartográfico Estadual**

A Emlpsa (Decreto Estadual nº 61.486/2015) é a responsável pela implantação, coordenação, administração e execução das ações referentes ao Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo e coordena a Cartografia Sistemática e Temática de interesse comum do Estado de São Paulo, unificando os acervos do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) e do Sistema Cartográfico Metropolitano (SCM).

**• Digitalização de produtos do Sistema Cartográfico Metropolitano**

Os mapeamentos encontram-se georreferenciados e disponíveis em diversos formatos, acessíveis por meio dos sistemas de informação da Emlpsa. Realizadas 130 sessões de produtos em 2015 por meio de Contratos de Licença de Uso e 73 pedidos feitos a partir do Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais. O valor estimado desses produtos cedidos é de R\$ 22 milhões.

**• Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais**

Acesso às principais coleções de produtos cartográficos do acervo do Sistema Cartográfico Metropolitano da Emlpsa, como fonte de informação oficial, segura e precisa.

**• Infraestrutura de Dados Espaciais da Emlpsa**

Projeto em desenvolvimento, observando o Decreto Federal 6.666/2008 e o Decreto Estadual 61.486/2015, que visa facilitar o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais (<http://www.portal.emplasageo.sp.gov.br>).

**• Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo**

Criada pelo Decreto Estadual nº 61.486/2015, visa promover a organização, a disseminação padronizada e a divulgação de informações geoespaciais das entidades estaduais. A Emlpsa desenvolve um portal (<http://www.idesp.sp.gov.br>) para a publicação das informações, composto por um Catálogo de Metadados e uma interface de visualização das informações georreferenciadas.

**• Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo**

Atividades técnicas de planejamento voltadas à elaboração do PDUI-RMSP. Coordenado pelas diretorias de Planejamento e de Gestão de Projetos, está sendo desenvolvido em parceria com as prefeituras dos municípios da RMSP (Lei Federal nº 13.089/2015).

**IV – DIRETORIA DE GESTÃO DE PROJETOS****• Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional**

Definição/sistemização das bases para o desenvolvimento do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional (PMDH) das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do

Paraíba e Litoral Norte. Complementação em 2015: formulação de PMDH para a Região Metropolitana de Sorocaba e Aglomerações Urbanas de Jundiá e Piracicaba.

**• Sistema de Informações Habitacionais e de Desenvolvimento Urbano**

Definição de alternativas técnicas, financeiras e operacionais para a continuidade do processo de concepção e implantação dos sistemas geográficos Sihab-Metrópole e Sihab-Município, componentes do Sihab-SP.

**• Sistema de Informações Geográficas para o Planejamento Metropolitano**

Sistema de compartilhamento de dados e informações sobre obras de expansão dos serviços públicos e sua inserção territorial.

**• Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - Grapohab**

Análise de empreendimentos de parcelamento do solo para fins residenciais e de núcleos habitacionais a serem implantados nas regiões metropolitanas paulistas.

**V – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA****• Apoio aos Fundos**

Em 2015 foram executadas atividades de apoio e processamento de informações, com acompanhamento de 24 empreendimentos; elaboração de 146 pareceres e 26 encaminhamentos técnicos, refletindo num montante de R\$ 66.474.817,66.

**• Recursos humanos**

Em atendimento aos dispostos legais sobre a transparência na Administração Pública, a empresa passou a gerar e a disponibilizar na internet informações sobre a remuneração e o quadro de pessoal.

**• Sustentabilidade**

Implementação do conceito de “empresa sustentável” com a redução de fluxos e processos em meio impresso, adotando a disponibilização de documentos em formato digital.

**Comentários Finais**

A queda de 60,99% nas receitas próprias da Emlpsa decorreu da conjuntura de restrição de recursos orçamentários implementada pelo Governo no ano passado, em razão da queda da arrecadação do Estado, o que refletiu numa diminuição de 6,82% no repasse de recursos do Tesouro no exercício, se comparado a 2014, aliado ao fato da redução da captação pela Emlpsa de recursos derivados da execução de projetos e estudos. Essa situação levou a Emlpsa a apresentar um prejuízo contábil de R\$ 6.812 mil no exercício de 2015, agravado pelo aumento nas despesas “custos de serviços prestados” e “gerais e administrativas” da ordem de R\$ 1.112 mil, em decorrência do aumento de despesas com pessoal (relativo ao pagamento da convenção coletiva de 2014, e verbas rescisórias referentes às demissões de funcionários do quadro permanente).

Destaca-se ainda, que no período houve acréscimo no montante dos valores referentes à amortização dos ativos decorrentes ao “Projeto Mapeia” (Mapeamento Aerofotogramétrico) no montante de R\$ 1.186 mil, também vindo a contribuir para o resultado negativo apresentado.

A perspectiva que se apresenta para o exercício de 2016 é de uma melhoria no resultado contábil da Empresa, seja em vista dos esforços para captação de receitas próprias, decorrentes da realização de novos projetos (contratos), bem como de financiamentos a fundos perdidos obtidos de instituições internacionais, seja como consequência das providências já adotadas para a redução de gastos operacionais da empresa.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2015 E 2014 (em R\$ mil)**

	2015	2014
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>41.091</b>	<b>42.892</b>
Subvenção Governamental para Custeio	41.091	42.892
<b>Receita Bruta de Serviços</b>		
Venda Bruta de Serviços	4.667	11.965
Imposto sobre Receita Bruta de Serviços	(701)	(1.705)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>45.057</b>	<b>53.152</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>(18.755)</b>	<b>(21.918)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>26.302</b>	<b>31.234</b>
<b>Despesas (Receitas) Operacionais</b>	<b>(34.697)</b>	<b>(30.067)</b>
Gerais e Administrativas	(32.859)	(28.584)
Honorários dos Administradores	(1.879)	(1.549)
Outras Receitas	41	66
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes das Participações Societárias e do Resultado Financeiro</b>	<b>(8.395)</b>	<b>1.167</b>
<b>Societárias e do Resultado Financeiro</b>		
Provisão para Perdas/Ganhos	(31)	56
<b>Resultado Financeiro</b>		
Despesas Financeiras	(26)	(7)
Receitas Financeiras	1.640	1.343
<b>Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(6.812)</b>	<b>2.559</b>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	462
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(6.812)</b>	<b>2.097</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - (em R\$ 1,00)</b>	<b>(0,1434)</b>	<b>0,0441</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****NO PERÍODO DE 01/01 A 31/12/2015 E 2014 (em R\$ mil)**

	2015	2014
<b>Atividades Operacionais</b>		
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício	(6.812)	2.097
Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:		
Depreciações e Amortizações	5.468	4.282
<b>Subtotal</b>	<b>(1.344)</b>	<b>6.379</b>
<b>Variações no Ativo Circulante</b>		
Contas a Receber	5.007	(4.313)
Estoques	20	(2)
Outros Ativos	(228)	(281)
Despesas de Exercícios Seguintes	87	65
<b>Subtotal</b>	<b>4.886</b>	<b>(4.531)</b>
<b>Variações no Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	(352)	(1.213)
Salários e Encargos a Pagar	734	523
Credores por Serviços Prestados	(1.296)	1.499
Tributos a Pagar	(359)	305
<b>Subtotal</b>	<b>(1.273)</b>	<b>1.114</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>2.269</b>	<b>2.962</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	(400)	(4.178)
No Realizável a Longo Prazo	(298)	233
Baixas/Acréscimos do Ativo Permanente	85	(51)
<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(613)</b>	<b>(3.996)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Recursos Destinados a Arquivo de Capital	34	1.245
Redução/Acréscimos do Exigível a Pagar	(179)	(75)
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<b>(145)</b>	<b>1.170</b>
<b>Total dos Efeitos no Caixa</b>	<b>1.511</b>	<b>136</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>10.045</b>	<b>9.909</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>11.556</b>	<b>10.045</b>
<b>Variação no Caixa</b>	<b>1.511</b>	<b>136</b>



★ **continuação**

calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

**4. Imobilizado**

**a) Composição dos saldos**

	2015		2014	
	Taxa de % a.a.	Custo	Depreciação/ Amortização	Líquido
<b>Tangíveis</b>				
Instalações e Equipamentos	10% e 20%	19.791	13.566	6.225
Móveis e Utensílios	10%	1.700	888	812
Veículos	10% e 25%	3.743	3.743	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros a Amortizar	20%	2.339	567	1.772
<b>Total</b>		<b>27.573</b>	<b>18.764</b>	<b>8.809</b>

**b) Movimentação do custo**

	2014	2015	
	Custo	Adições	Baixas
<b>Tangíveis</b>			
Instalações e Equipamentos	21.316	111	1.636
Móveis e Utensílios	1.863	18	181
Veículos	3.743	-	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros a Amortizar	2.068	271	-
<b>Total</b>	<b>28.990</b>	<b>400</b>	<b>1.817</b>

**5. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O Capital Social da EMLASA é autorizado até o montante de R\$ 108.000 mil. O Capital Social de R\$ 47.517 mil, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 9.907.225 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

**b) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O Estatuto da EMLASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido apurado no Balanço anual à razão de 25% (artigo 33, II).

**6. Contingências Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2015 a EMLASA possuía processos judiciais de natureza trabalhista, para os quais foi constituída provisão de R\$ 94 mil (R\$ 273 mil em 31/12/14), classificada na rubrica "Provisão para Contingências Trabalhistas" no Passivo Não Circulante.

**7. Cobertura de Seguros**

A EMLASA mantém cobertura de seguro contra incêndio, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**8. Redução a Valor Recuperável do Ativo Imobilizado**

A EMLASA é uma empresa subsidiada pelo Governo do Estado e suas receitas operacionais são ínfimas frente aos seus custos e despesas. Não existe a intenção de reavaliação de ativos para fins de alienação, sendo seus bens afetos ao serviço público, portanto, inalienáveis. Não existe mercado ativo para negociação de itens dos ativos e sequer, compradores interessados que possam ser encontrados normalmente em qualquer ocasião. A empresa tem seus ativos depreciados em torno de 50%, não havendo interesse na avaliação a valor de mercado, até porque o resultado a que se chegaria, sendo de valor irrelevante, não compensaria os custos de um trabalho desse porte.

**DIRETORIA**

**Rovena Maria Negreiros Ferreira**  
Diretora-Presidente  
**Diana Meirelles da Motta**  
Diretora de Gestão de Projetos

**Luiz José Pedretti**  
Vice-Presidente  
**Sideval Francisco Aroni**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Fernando Barrancos Chucre**  
Diretor de Planejamento  
**Arnor Felix Ramos Junior**  
CT - CRC 1SP109.294/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMLASA**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMLASA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMLASA** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Nossa auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A - EMLASA** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

A Empresa divulga na nota 8 que em função de ser subsidiada pelo Governo do Estado de São Paulo, sendo a receita própria ínfima em relação ao seu custo, não pretende aplicar o teste de recuperabilidade (impairment), em razão de que seus bens são afetos ao serviço público, portanto, inalienáveis. Não existe mercado ativo para negociação de itens dos ativos e sequer, compradores interessados que possam ser encontrados normalmente em qualquer ocasião. E ainda, que o custo para o desenvolvimento desse trabalho não compensaria, face ao baixo reflexo que teria sobre os números dos ativos.

São Paulo, SP, 26 de fevereiro de 2016

**Maciel Auditores S/S EPP**  
2CRC/RS.460/O-0 - "S" - SP  
**Roger Maciel de Oliveira**  
1CRC/RS 71.505/O-3 - "S" - SP - Responsável Técnico  
**Rosângela Pereira Peixoto**  
1CRC/RS 65.932/O-7 - "S" - SP - Responsável Técnica

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMLASA, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado à luz da legislação societária vigente, as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado e do Fluxo de Caixa, complementados pelas Notas Explicativas, apresentados com base na Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008, que alteraram a Lei das Sociedades Anônimas, e à vista do relatório da MACIEL AUDITORES S/S - EPP apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, estando em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. São de parecer favorável à sua aprovação, vez que tal proposta atende aos interesses da Sociedade.

São Paulo, 14 de março de 2016

**RITA JOYANOVIC**  
Conselheira Titular

**ENIO MARRANO LOPES**  
Conselheiro Suplente

**FABRÍCIO COBRA ARBEX**  
Conselheiro Titular

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMLASA, examinaram o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, tomando conhecimento do relatório emitido pelos Auditores Independentes - Maciel Auditores S/S EPP. - e do parecer do Conselho Fiscal, tudo em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 142, da Lei Federal nº 6.404/76, com suas posteriores alterações, e disposições estatutárias, opinam favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no dia 27 de abril do corrente ano.

São Paulo, 23 de março de 2016

**EDSON APARECIDO DOS SANTOS**  
Presidente  
**MARTA DORA GROSTEIN**  
Conselheira

**ROVENA MARIA NEGREIROS FERREIRA**  
Conselheira

**WILLIAM DIB**  
Conselheiro

**REGINA MARIA PROSPERI MEYER**  
Conselheira

**FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER**  
Conselheiro

**EDMUR MESQUITA DE OLIVEIRA**  
Conselheiro

**JOSÉ EXPEDITO PRATA**  
Conselheiro  
**SOLANGE PEDROSO**  
Conselheira